

## **CARTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007**

A MARCHA DAS MARGARIDAS *Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista*, neste mês de agosto, está de volta a Brasília com um conjunto de atividades - feira solidária, conferências, debates, apresentações culturais e manifestação pública.

As mulheres trabalhadoras rurais afirmam sua importância econômica e social como produtoras de alimentos e reivindicam o devido reconhecimento do seu papel primordial na agricultura familiar, na garantia da segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento sustentável e solidário.

São 50.000 mulheres de todas as partes do país, mobilizadas em 4100 STTR's – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura, articuladas em parceria com movimentos de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade e movimentos feministas, lutando para assegurar e ampliar os direitos das mulheres do campo e da floresta, de todas as raças, etnias e gerações.

A Marcha das Margaridas 2007, em sua terceira mobilização nacional, quer uma nação verdadeiramente soberana, justa e solidária com igualdade de gênero e, para tanto, atualiza sua agenda política com proposições essenciais ao enfrentamento dos grandes desafios da atualidade brasileira.

A realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva é condição primeira para mudar a realidade econômica e social das trabalhadoras e trabalhadores no campo, na floresta e na cidade, para vencer a fome, a pobreza e a violência e construir um país justo, soberano, democrático e sustentável. Essa necessidade é imperiosa para as mulheres, milhares delas nos acampamentos espalhados por todo o país.

O cumprimento da função sócioambiental da terra é incompatível com o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, que tem como prioridade o agronegócio. Esse modelo expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, gera fome e o empobrecimento de mulheres e homens do campo, da floresta e da cidade.

A questão agrária no Brasil é fonte permanente de violência no campo e exige um conjunto de medidas por parte do Estado para limitar o tamanho da propriedade da terra, especialmente para estrangeiros; atualizar os índices de produtividade da terra; punir o latifúndio e as áreas improdutivas que degradam o meio ambiente, não cumprem os direitos trabalhistas e praticam o trabalho escravo.

A Marcha das Margaridas defende as águas como bem essencial à vida e direito universal, disponível para o consumo humano e produção de alimentos em quantidade e qualidade necessárias. Essa perspectiva é incompatível com os grandes projetos que fortalecem o hidronegócio e a mercantilização da vida.

*Contra a fome, a pobreza e a violência sexista* é necessário fortalecer a agricultura familiar, proteger as sementes crioulas, apoiar os projetos econômicos das mulheres de modo a favorecer sua autonomia, garantir assessoria técnica, pesquisa, capacitação, educação do campo e efetivar o SUS. É preciso, sobretudo, fortalecer a autonomia e o direito dos povos de defenderem sua cultura alimentar e garantir políticas de desenvolvimento que estimulem e protejam a produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, seriamente ameaçados pelas grandes corporações

do sistema agroalimentar e pelos impactos que a política de agrocombustíveis anuncia ao país.

A Marcha das Margaridas vem denunciar as condições de vulnerabilidade social das trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados, expostos à intensa e desumana exploração de sua força de trabalho, com exposição aos agrotóxicos e outros riscos para sua saúde, destituídos dos direitos sociais e trabalhistas e em situações de trabalho escravo

As mulheres trabalhadoras querem seus direitos assegurados e suas conquistas ampliadas. Os direitos previdenciários das trabalhadoras rurais, resultado de uma trajetória de lutas e conquistas, como a idade diferenciada para aposentadoria, não podem ser comprometidos pelo falso debate em torno da sustentabilidade da Previdência Social. Este debate não leva em consideração o texto constitucional, que prevê o orçamento unificado para a seguridade social.

A violência sexista exige um amplo compromisso social para que seja combatida em todas as suas formas de manifestação. Não é possível silenciar diante do preconceito e da violência que atingem mulheres, jovens e meninas. A discriminação racial e a homofobia não pode ser tolerada em uma sociedade que se quer justa, que preconiza a liberdade e a democracia. Os instrumentos legais para o combate a todas as formas de violência contra as mulheres precisam ser exemplarmente cumpridos, e sua aplicação garantida no meio rural.

A MARCHA DAS MARGARIDAS acredita que outro país é possível, sem fome, sem pobreza, sem violência, se as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade estiverem fortalecidas em sua autonomia e participação política. É preciso que as mulheres estejam efetivamente ocupando os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero.

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAG's – Federações dos Trabalhadores na Agricultura

STTR's – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

MMTR-NE – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MAMA – Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

Marcha Mundial das Mulheres

REDE LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe

COPROFAM – Coordenadora de Produtores Familiares do Mercosul